

Relatório de Gestão

Exercício de 2024



Fotografia vencedora do Prémio de Fotografia Drill GO 2024 - autor Rodrigo Antunes

Sede

Av. José Gomes Ferreira, 11, Ed. Atlas II sala31
1495-139 Algés
Portugal

T [+351 211 912 822]
geral@drillgo.com
drillgo.com

O Conselho de Administração vem submeter a V. Exas., o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício do ano civil de 2024.

INTRODUÇÃO

A Drill GO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (doravante “Drill GO” ou “a Empresa”), foi fundada em 18 de abril de 2019 e teve o início de atividade em 15 de maio de 2019.

Este investimento surgiu pela vontade e necessidade dos seus acionistas de adquirirem para o seu *core business* a competência da geotecnia e surgiu numa altura em que o mercado português dava mostras e apetência de ter um novo *player* no mercado. Grande número de empresas de geotecnia, ou desapareceram ou foram integradas em organizações de construtores portugueses, tendo deixado de haver empresas da área, independentes e não relacionadas ou não dependentes de grupos construtores.

A Drill GO desenvolve prioritariamente a prestação de serviços na área da geotecnia e obras subterrâneas em todo o território nacional, tendo como objetivo igualmente a realização de trabalhos no mercado europeu.

Passados que estão quase seis anos da sua fundação, pode-se já dizer que a Empresa é já uma empresa de referência nesta área, capaz de fornecer todos os serviços de geotecnia de A a Z, desde as sondagens até à execução de túneis, atividade que iniciou já no exercício de 2022, no Metro do Porto, sendo já uma entidade permanentemente consultada pelo mercado em Portugal.

M
Autor
4
2

1- Enquadramento Macroeconómico

A Drill GO tem trabalhado maioritariamente no mercado português, onde tem tido a sua capacidade de trabalho (leia-se equipamentos e recursos humanos) totalmente ocupada, facto que irá ocorrer uma vez mais no próximo exercício, dada a carteira de obras existente à data.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) a economia portuguesa cresceu 1,9% em 2024, o que constitui uma desaceleração face aos 2,4% alcançados em 2023.

Ainda assim, notou-se uma convergência com a Zona Euro, que teve um crescimento mais moderado. 0,7%.

Para 2025, espera-se que a economia portuguesa volte a ter um crescimento próximo dos 2% prevendo-se novo crescimento similar em 2026.

Como se vê, a recuperação da atividade em 2024 e seguintes, será gradual, beneficiando da aceleração da procura externa, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias e do impulso dos fundos europeus no investimento. Em 2025 e 2026, o crescimento beneficiará da dissipação gradual expectada, do impacto da descida das taxas de juro.

A inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se para 2,4% em 2024 e tendencialmente para 2% até ao final do horizonte de projeção.

O crescimento da economia deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações. As exportações deverão crescer a um ritmo mais contido do que em anos anteriores (3,4%, em média, em 2023-26), devido ao menor dinamismo da procura externa. Projetam-se ganhos adicionais de quota de mercado das exportações neste período.

Estima-se que o consumo privado e o consumo público continuem a perder peso no PIB. O consumo privado deverá crescer de forma moderada, 1% em 2024-25 e, a partir daí, em torno de 1,6%, num contexto de ganhos do rendimento disponível real. A taxa de poupança aumentou em 2024, admitindo-se que se mantenha em níveis de 7/ 8%, em 2025.

O mercado de trabalho continua a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais, A taxa de desemprego apresenta um valor médio de 6/7% em 2024-26, próximo da estimativa de taxa de desemprego tendencial.

M
Mar
for
J

Após a crise iniciada em 2008, o mercado de construção sofreu quedas muito significativas, tendo obrigado a maioria das empresas a adaptar-se a novas realidades e novos mercados.

Muitas houve que não resistiram e desapareceram do mercado, tornaram-se irrelevantes, ou pior; por ausência de legislação competente, que definitivamente as elimine do mercado arrastam-se, distorcendo preços de concursos, enganando clientes incautos e restantes parceiros. A falta de legislação adequada e a inépcia e morosidade do sistema judicial português, muito contribui para a continuação da existência de um mercado “falso” e altamente distorcido.

O sector da construção perdeu nesse período milhares de postos de trabalho, seja pela emigração a que esteve e continua a ser sujeito, seja pelo fim de vida laboral de muitos dos especialistas que as empresas portuguesas tinham. Essa falta de mão de obra especializada mantém-se e é um dos fatores que atualmente limitam as empresas na sua tentativa de reposição das suas capacidades. Mantemos como fundamental, que a política de ensino possibilite o “regresso” dos especialistas ou em alternativa que as políticas de imigração possibilitem dotar o mercado português deste tipo de mão de obra especializada, que Portugal sempre teve em qualidade e que sempre exportou com sucesso desde as décadas de 60 do século passado.

Em 2024 o excedente orçamental atingiu 0,7% resultante do abrandamento da atividade económica bem como de uma política de maior investimento, assumindo as novas políticas de carácter mais permanente, adotadas pelo atual governo. O rácio da dívida pública atingiu um valor de 95,3% do PIB no final de 2024, continuando a reduzir-se no horizonte de projeção.

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas, agora adicionada pela guerra das taxas impulsionadas pelos EUA e da situação política nacional, com novas eleições a terem lugar em maio. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

É neste enquadramento Macro Económico que a Drill GO, continuará a atuar em Portugal, muito ciente dos condicionalismos que dizem respeito à garantia de continuidade de

M
Autor
F.
J.

investimento publico e privado, e manterá os cuidados necessários para fazer investimentos na altura certa,

Continuará a evitar embarcar em espirais de preços anormalmente baixos, (a maior parte das vezes resultado de haver concursos com preços base exageradamente baixos) que por vezes aparecem no mercado, que mais não fazem que distorcê-lo sem benefício algum para os intervenientes dado que muitas das vezes ficam obras por fazer e ou concluir, fornecedores por pagar, apenas porque se apostou em atribuir obras ao concorrente de preço mais baixo, sem cuidar da sua capacidade e qualidade atual para a realizar. Esta situação, infelizmente mantém-se recorrente, o que implica mais tarde, o anúncio por parte de quem contrata, de “desvios” nos custos, incompreensíveis para a maioria das pessoas, mas perfeitamente admissíveis para quem está dentro do mercado.

2- Drill GO - Atividade desenvolvida no exercício de 2024

Atividade comercial

A Drill GO manteve em 2024, uma atividade comercial intensa. A Empresa implantou-se em todo o território nacional, é mais conhecida e já reconhecida pela qualidade dos seus trabalhos, facto que facilita a procura de soluções com o “carimbo” Drill GO.

Foi assim com naturalidade que, em 2024, fomos solicitados para estudar os maiores e melhores projetos de geotecnia no país. Dado que faz parte da nossa estratégia comercial e igualmente do nosso ADN histórico termos obras no estrangeiro, de preferência de longa duração, mantivemos contactos com parceiros tendo em vista o regresso à execução de obras no estrangeiro, assim que haja equipamento disponível para tal.

Assim, a nossa área comercial manteve atividade dinâmica ao longo de todo o exercício de 2024, período durante o qual angariou 71 novos contratos, no valor de 11,153M€ aproximadamente.

Fomos mais seletivos nas obras estudadas, dando preferência às de maior valor, que conseguem acomodar melhor os custos de estrutura.

Nestes 3 últimos anos, estudámos número idêntico de projetos, com um sucesso comercial que tornou a nossa carteira de obras bastante confortável, com ancora em obras de tuneis-aquelas que pela sua natureza são mais longas. Note-se que nestes números se encontram incluídas obras de valor considerável, tal como sejam o Metro do Porto, Linhas Rosa e Rubi os vários contratos da Linha da Beira Alta, para destacar as maiores, entre outros.

	2021	valor	2022	valor	2023	valor	2024	valor
Obras adjudicadas	63	20,9M€	62	7,9M€	58	10,7M€	71	11,2M€
Obras muito prováveis	5	1,7M€	5	1,8M€	6	1,7M€	15	5,6M€

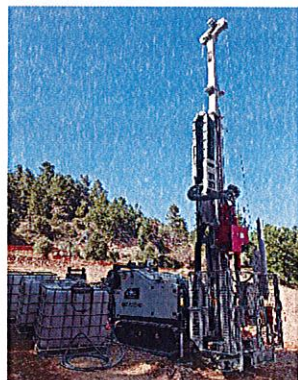
Do quadro acima apresentado, que resume a atividade comercial do exercício de 2024, há que realçar a adjudicação de 71 obras, o que demonstra a manutenção da existência de mercado global de geotecnia e o reconhecimento do mercado às nossas soluções.

Prevê-se que nos anos vindouros esse número volte a crescer, dado que se vislumbram novas obras de grande dimensão a concurso, como sejam por exemplo, as novas linhas do metro do Porto, novas expansões em Lisboa, Alta Velocidade, talvez o novo Aeroporto de Lisboa, só para destacar algumas.

As obras dos tuneis de Lisboa (metro e drenagem) e Porto, bem como várias obras de fundações de valor significativo, permitiram um ano de enorme atividade produtiva, possibilitando ainda uma carteira de obras para 2025 razoavelmente confortável o que nos leva a pensar que os objetivos orçamentados serão uma vez mais atingidos.

M
R
f
J

Investimento



Comacchio GEO 405



Jumbo Robodrill 2 braços



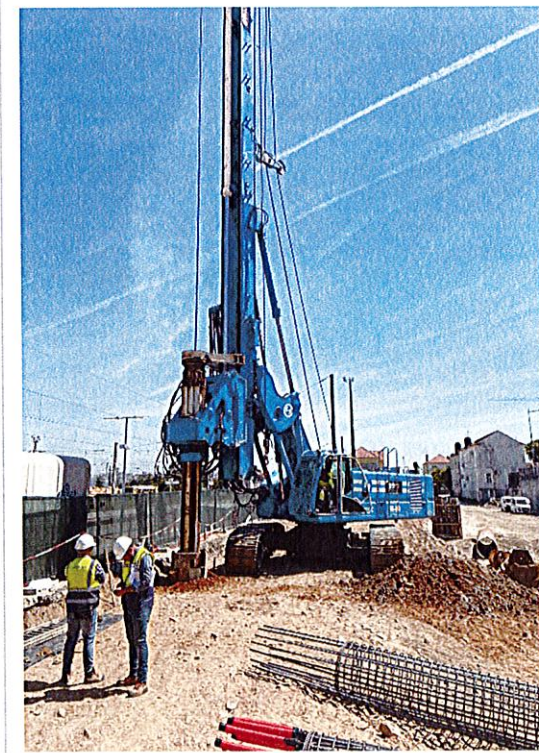
Robot Projecção de Betão

O projeto da DrillGO, tendo em vista a liderança do mercado em Portugal, assentou num investimento em equipamento de geotecnia a ser realizado em 5 anos - que se estimou em 2019 em cerca de 12M€, maioritariamente investidos nos 3 primeiros anos. A existência da pandemia em 2020/1, logo seguida da guerra da invasão da Ucrânia, fez com que fôssemos mais prudentes nos momentos e montantes dos investimentos efetuados.

Ao fim deste quinto ano completo de atividade, investimos em equipamento cerca de 11,37M€, ou seja, praticamente aquilo que tínhamos pensado no início da empresa, para os 3 primeiros anos de atividade.

Do investimento ocorrido em 2024, cujo montante ascendeu a cerca de 1,5M€, a maior parte (900k€) destinou-se à compra de equipamentos de tuneis.

17/11/2019
J. A.



Metro do Porto - Linha Rubi - Estação das Devesas



Metro do Porto

V
A
J
A



Minas da Panasqueira

V1
7/10
F. J. A.
f



Barragem de Gebelim



Edifício Riverline em Setúbal

M
A
S
J
h



Edifício Riverline em Setúbal

Os equipamentos da empresa encontram-se basicamente em Portugal e a realizar obras de norte a sul do território e têm tido taxas de ocupação muito elevadas, constituindo assim um sinal do acerto em termos de investimento.

Obras e produção realizada no exercício

No decorrer do exercício, a Empresa participou em 101 obras, todas no território nacional. A comparação com as 92 executadas no ano anterior, é reflexo da aposta comercial em fidelizar os nossos clientes, que por vezes obriga a executar mais obras de menor dimensão.

O volume de negócios atingiu os 19,89M€, superior em quase 13% ao do ano anterior o que contribuiu para em 4 anos quase triplicar o volume de negócios da empresa e demonstra o acerto quer da capacidade comercial quer da capacidade produtiva, bem como áreas de suporte.

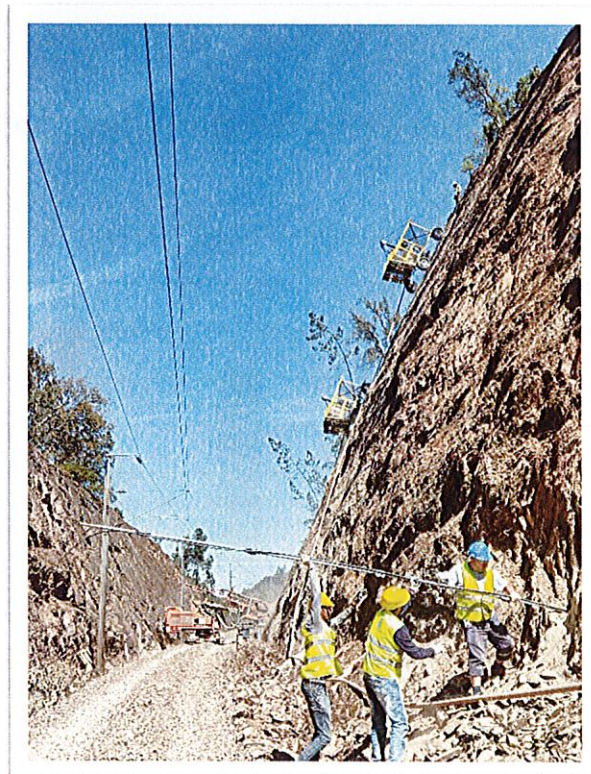
Para além das obras no continente, voltámos a executar obras na Madeira, onde tivemos grande procura dos nossos trabalhos.

As 15 principais obras e com os montantes de faturação mais significativos ocorridos em 2024, foram os seguintes:

Metro do Porto - Escavação e tratamento dos tuneis a partir da Estação da Galiza	OBRAS SUBTERRANEAS	3 803 018
Edifício Fabrica da Tabaqueira	FUNDAÇÕES	3 462 575
Taludes - LBA Troço Pampilhosa – St Comba Dão	EST.TALUDES	1 220 152
Enfilagens na Estação de Santos e Túnel NATM - Lote 2 - ML	OBRAS SUBTERRANEAS	801 157
Jet Gouting no Acesso CP e APL, e Ligação ao Término do CS	JET GROUTING	683 828
Metro do Porto-Estacas e Perfis Verticais (Poços, Estação St António, Rio Vila e Liberdade)	FUNDAÇÕES	553 091
Obras Gerais Geotecnia 2024	GEOTECNIA	509 047
Linha Rubi – Estacas da Contenção da Futura Estação das Devesas	FUNDAÇÕES	503 401
Empreendimento Habitacional Flores	ENTIVACÕES	440 422
Projeto 3CAS – Troia, Setúbal	ENTIVACÕES	421 156
Linha da Beira Alta	FUNDAÇÕES	417 303
Silo Automóvel – Lote 12 – ALRIO	FUNDAÇÕES	383 741
Mercadona de Coimbra	ENTIVACÕES	331 269
Edifício São Cristóvão – Lagos	FUNDAÇÕES	298 075
Residencia Senior/Student Boavista	ENTIVACÕES	285 291

Estas 15 obras representam cerca de 74% da faturação anual da empresa. O que significa também que os restantes 26% se repartem por 86 obras de menor dimensão. Naturalmente que preferimos as obras de grande dimensão, mas a fidelização e o respeito para com os nossos clientes preferenciais, obriga-nos a este esforço constante, não esquecendo que a seguir a uma pequena obra de sondagens, poderá – quiçá vir de seguida uma grande obra de fundações, de taludes ou mesmo de tuneis....

M
F
S
R



Taludes Linha da Beira Alta

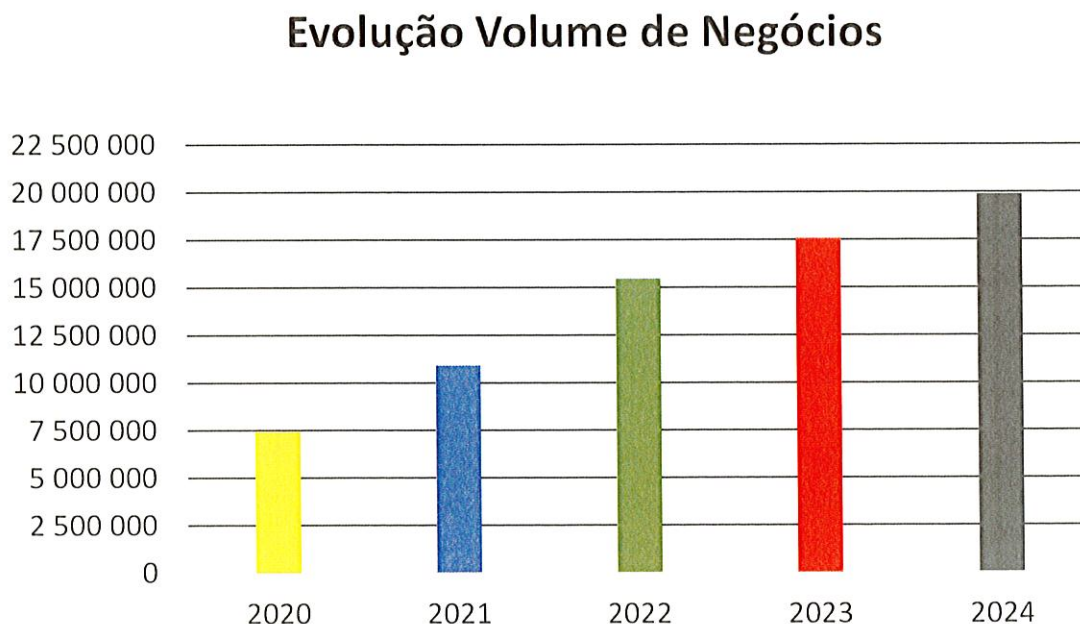
Mas
K
K

Para o ainda reduzido período temporal de atividade, a capacidade de penetração da Empresa está demonstrada e, principalmente, o constante retorno de clientes com quem trabalhamos e como tal conhecem a nossa capacidade, enche-nos de orgulho, porque sabem que lhes podemos encontrar soluções técnicas e competitivas necessárias ao seu negócio.

A evolução da faturação demonstra igualmente a capacidade de crescimento e de aceitação da Empresa em tão curto prazo de atividade. É de salientar o fantástico crescimento que se deu entre 2020 para 2024, mesmo considerando os efeitos de exercícios em estado pandémico e com o início de uma guerra na Europa, com as dificuldades subjacentes ao facto.

Evolução do Volume de Negócios 2020-2024:

(valores em €)



Handwritten signature and initials in blue ink.

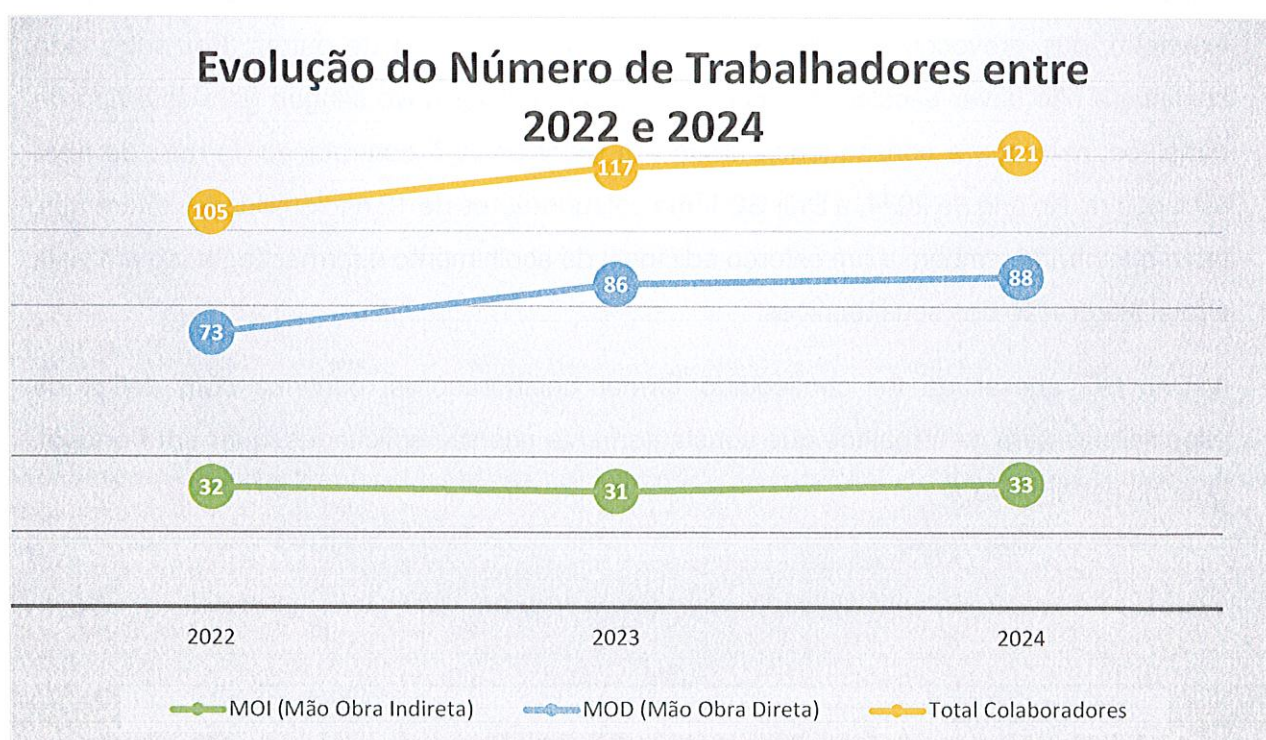
Recursos Humanos

Conforme já referido, a Empresa iniciou atividade em maio de 2019, tendo tido a capacidade de encontrar no mercado os profissionais que garantiram a sua imediata implantação no mercado.

A evolução do número de colaboradores em Portugal é demonstrativa da capacidade e penetração da Empresa e tem, de certa forma, evoluído com os investimentos feitos e com o crescimento do negócio.

Todo o “back office”, área comercial e de projeto se encontra em Portugal.

Naturalmente que a “mão de obra direta” tem variações adequadas com o aumento do volume de negócios, por outro lado a empresa tem na sua “mão de obra indireta” quadros com capacidade para suportar novos crescimentos de atividade, que se espera ocorram em anos vindouros.



O total dos gastos com pessoal atingiu os 4.796.193€, dos quais 695.765€ correspondem a encargos sobre remunerações.

Handwritten signature in blue ink.

Verifica-se, assim, que a Empresa conseguiu aumentar no exercício 4 novos postos de trabalho (diferença entre entradas e saídas) e que em quase 6 anos, criou 121 novos postos de trabalho, sendo a grande maioria de atividades técnicas relacionadas com produção, onde se incluem, entre outros, engenheiros, mecânicos e manobreadores.

Note-se, ainda, que o conjunto dos nossos colaboradores contribuiu ainda com aproximadamente 443.548€ com retenções de IRS para o Estado Português, o que demonstra uma contribuição muito simpática para a economia nacional.

A Empresa tem nos seus quadros de pessoal, 25 mestrados/licenciados, a que se juntam 31 colaboradores com o 12º ano completo, o que demonstra bem, a aposta técnica pretendida.

Mantém-se a dificuldade em arranjar mão de obra qualificada e especializada, nomeadamente para obras de túneis e taludes - atividades que exigem colaboradores muito especializados, dado o risco que encerram. Esta situação resulta do desinvestimento que Portugal manteve nos últimos anos, no sector da construção, aliado ao facto e se estarem agora a fazer obras cuja tipologia já não se fazia no país há 20 anos (obras de metro, por exemplo), que provocou a saída de especialistas e a reforma de outros. Por outro lado continua a não haver escolas técnicas que possam cativar novo sangue para este tipo de trabalhos, pelo que a consequência disso é a recorrência à contratação de mão de obra estrangeira. No ano de 2024, a Drill GO tinha colaboradores de 12 nacionalidades diferentes, facto que obriga também a um esforço adicional de acolhimento e formação, tendo em vista a total integração dos seus técnicos.

A Drill GO apesar de ter conseguido formar colaboradores, continua com déficit de especialistas para os trabalhos que constantemente nos são solicitados, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

M
A
F
J
pl



Situação Económica e Financeira

Pode-se dizer que 2024 devolveu tudo aquilo que se tinha previsto no *business plan* da empresa efetuado há 6 anos: Uma melhoria de todos os números da empresa, prova do acerto do investimento efetuado e da ambição - com prudência - que temos vindo a imprimir à atividade da Drill GO.

Em 2024, a DrillGO obteve um volume de negócios de 19,9M€, um crescimento de 13% em relação a 2023, e um resultado antes de impostos positivo de cerca de 659,6k€ (533,8 € em 2023). O resultado líquido foi de 428,7k€ (350,5k€ em 2023).

M
7-25
J

Para além da contribuição natural do resultado das obras, contribuíram igualmente para este resultado, a diminuição dos encargos financeiros, resultantes quer da redução do endividamento, quer da redução das taxas de juro.

O ativo da empresa desceu quase 7%, para o qual contribuiu em boa parte a redução de valores a receber da nossa empresa irmã de Angola e do sucesso contínuo das cobranças dos nossos trabalhos.

A Empresa dispõe de equipamento de valor líquido contabilístico a rondar os 6,8M€ (6,5M€ em 2023) e um parque de equipamentos que oferece possibilidades de oferta de serviço em praticamente todas as áreas de geotecnia, quer seja sondagens, instrumentação, pequeno e grande diâmetro, taludes, tuneis, entre outros.

No decorrer de 2025, a empresa continuará os investimentos, prevendo-se aquisição de equipamentos para reforço da área de fundações, e sondagens, entre outros.

Em termos de fontes de financiamento, o acionista mantém o apoio esperado face ao investimento efetuado, mantendo um nível de suprimentos, adequado à redução ocorrida na dívida financeira bancária para um acumulado de 3,1M€, o que representa o seu inquestionável compromisso para com a empresa.

A Drill GO apresenta um rácio de autonomia financeira (Capitais Próprios/Ativo) de aproximadamente 19%. Se considerarmos o rácio de autonomia financeira alargada (que inclui os suprimentos) o rácio passa para uns confortáveis 43%.

A empresa mantém o rácio de Netdebt/EBITDA próximo de 1, o que é muito bom para uma empresa de capital intensivo como é a nossa, oferecendo naturalmente forte confiança às entidades parceiras do financiamento dos nossos equipamentos.

Endividamento e responsabilidades bancárias

Em 2024, a empresa terminou o pagamento de 3 empréstimos bancários contratualizados em 2019 (de valor inicial de 3,4M€ aproximadamente) e contratualizou no final do ano – dezembro de 2024- um mútuo (de cerca de 900k€), relacionado com o investimento em equipamento para tuneis.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Em termos globais de financiamento, a empresa em amortizações de capital e de mútuos, despendeu cerca de 715k€.

No que se refere a endividamento em regime de leasing, no decorrer do exercício de 2024, a Drill GO contratualizou 4 leasings entre 4 e 5 anos no montante inicial de 516.160€, a taxas consentâneas com o mercado, mantendo em aberto, no final do exercício, 20 contratos de leasing, dos quais 7 verão o seu término do decorrer de 2025. Em 2024 a empresa amortizou cerca de 752 mil euros de capital destes contratos.

Os encargos com estes dois tipos de financiamento, ascenderam a 156,000€ aproximadamente.

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa mantinha-se responsável por 16 garantias bancárias de boa execução de obras, no montante total de 1.005.126€, a maioria delas com data finita e com prazos não superiores a dois anos.

Adicionalmente, a Empresa manteve o seu sistema “*revolving*” de *plafond* junto das suas principais instituições de crédito, que dá garantia de realização dos investimentos previstos para 2025 bem como da existência de linhas de garantias bancárias tão necessárias na nossa atividade.

3- Evolução previsível da Sociedade

Dando sequência ao plano de negócios aprovado pelos acionistas, a Empresa manterá o seu esforço de investimento, tendo em vista o reforço de áreas de negócio que têm os seus equipamentos permanentemente ocupados.

Também no que diz respeito a acessórios das nossas máquinas (aqueles que têm desgaste mais rápido), fará sentido algum investimento de reposição, agora que já passaram quase 6 anos dos investimentos iniciais.

A Empresa tem desde já acordadas linhas de medio e longo prazo, bem como linhas de leasing que permitem absorver o plano de investimento aprovado, pelo que é expectável que, em 2025, a Empresa venha a investir aproximadamente 2 milhões de euros, montante que inclui mais uma máquina de estacas.

M
A
A
A

Naturalmente que, por ser uma Empresa de forte investimento em equipamento, o seu EBITDA será sempre de valores muito razoáveis, libertando a Empresa fundos suficientes para não colocar em causa os seus compromissos.

Em termos de carteira de encomendas, a Empresa tem a sua capacidade praticamente tomada no exercício, sinal da dinâmica e da apetência do mercado em dispor de uma empresa de geotecnia que se apresenta de forma independente nos grandes concursos.

Orçamento para 2025

Na mesma ótica do que temos vindo a fazer todos os anos, o orçamento para 2025, apresenta um volume de negócios de 18,5M€ e EBITDA e resultados, condizentes com o histórico da empresa.

A Drill GO, tem uma carteira de obras garantida de cerca de 10,5M€ (historicamente muito bom para uma empresa desta atividade) facto que nos permite encarar o futuro com alguma confiança.

Grandes projetos Nacionais como TGV, novo Aeroporto de Lisboa, continuação de expansão em linhas de metro e a necessidade imperiosa de investimento em habitação, não consideradas nesta carteira, serão com certeza garantia de continuidade de operações e garantia de futuro para a Drill GO, nos parâmetros e âmbito que já habituou os nossos parceiros.

Certificação de qualidade

Desde 2023, a Empresa tem feito um esforço para a implementação "*in house*" de um sistema de gestão de qualidade, tendo em vista a obtenção das certificações ISO 9001 e 45000, para 2025, conforme exigência do mercado.

No mês de abril a empresa será objeto de auditoria de concessão, por parte da APCER, pelo que esperamos que a partir dessa auditoria, possamos já apresentar mais essa qualificação aos nossos parceiros, sejam eles clientes ou outros agentes da nossa dinâmica empresarial.

No que se refere ao capital humano, a Empresa continuará a possibilitar crescimento líquido de postos de trabalho, mantendo-se a formação de jovens quadros de engenharia, geotecnia

M
A
F
J

e gestão, no sentido de possibilitar ser uma empresa que se quer escola de geotecnia e muito preparada para o futuro. A retenção desses jovens formados, é um enorme desafio para a empresa. A evolução técnica dos equipamentos obriga a um acompanhamento e formação constante de quem os opera e hoje esse capital humano será preparado para usufruir de equipamentos novos, dotados com a mais moderna tecnologia e capazes de conseguir os melhores rendimentos do mercado.

Elevar os níveis de produtividade será sempre uma tarefa em aberto e também para 2025 continuaremos a fazer desse tema “uma batalha permanente”.

4- Acontecimentos relevantes acontecidos após o exercício de 2024

Não existiram eventos subsequentes que necessitassem de registo ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

5- Proposta de Aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado positivo, no montante de 477.672€ seja aplicado da seguinte forma:

- o montante de 23.884€ transferido para a rubrica “Reserva legal”;
- e o montante de 453.788€ transferido para a rubrica “Resultados transitados

6- Outras informações

Para os devidos efeitos legais, informamos que a empresa não tem obrigações em falta com o Estado nem com outra qualquer entidade publica

Durante o exercício não houve alienação de ações próprias

Em 31 de dezembro de 2024 existem sucursais em França e Inglaterra, que não tiveram qualquer atividade no exercício.

Não ocorreram, durante o exercício, quaisquer negócios com administradores da sociedade.



7- Agradecimentos

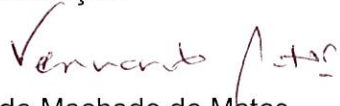
No termo deste quinto exercício completo de atividade e prestes a concluir o sexto aniversário desta Empresa, não queremos deixar de agradecer aos nossos acionistas e colaboradores, dos quais destacamos os que no início nos ajudaram a colocar de pé este projeto, bem como aos bancos primeiros financiadores, que acreditaram nas pessoas e no sucesso do projeto.

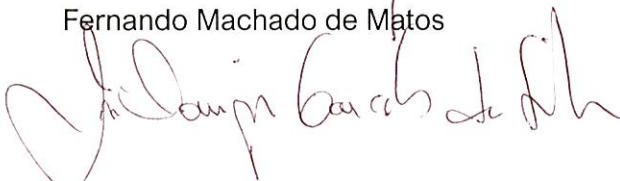
Sabem todos que também eles continuam a contar com o nosso esforço diário de elevar esta empresa ao topo das melhores empresas de geotecnia do mercado. Foi para isso que a criámos.

Naturalmente que os clientes, e a confiança que nos depositam, são o nosso maior ativo.

Algés, 28 de março de 2025

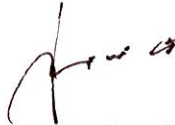
A Administração


Fernando Machado de Matos


José Domingos Gonçalves da Silva


João Augusto Farinas de Almeida Falcão


Fernando Vasco Lopes Cardoso Loureiro Pipa


Vasco Baptista Dinis

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Euros

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-24	31-dez-23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	6 813 106	6 525 551
Ativos intangíveis	8	5 000	2 376
Outros investimentos financeiros	9	41 712	41 712
		6 859 818	6 569 638
Ativo corrente			
Inventários	12	165 435	210 399
Clientes	13	4 774 672	5 660 451
Estado e outros entes públicos	14	424 097	465 212
Outras créditos a receber	11	347 793	344 557
Diferimentos	15	49 270	60 435
Caixa e depósitos bancários	5	588 530	822 484
		6 349 797	7 563 537
Total do ativo		13 209 614	14 133 175
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	16	1 500 000	1 500 000
Reserva legal	16	43 676	26 146
Resultados transitados	16	546 695	213 636
Resultado líquido do período		477 672	350 589
Total do capital próprio		2 568 043	2 090 371
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	28	4 419 294	5 508 282
		4 419 294	5 508 282
Passivo corrente			
Fornecedores	17	2 379 214	2 776 695
Estado e outros entes públicos	14	227 070	279 123
Financiamentos obtidos	28	927 130	1 281 800
Diferimentos	15	1 224 332	1 506 624
Outras dívidas a pagar	18	1 464 531	690 280
		6 222 277	6 534 522
Total do passivo		10 641 571	12 042 804
Total do capital próprio e do passivo		13 209 614	14 133 175

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração

Handwritten signature of João Daniel Gonçalves de Sá
Handwritten signature of Fernando Vaz de Sá

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of João Nuno de Sá

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-24	31-dez-23
Vendas e serviços prestados	19	19 892 485	17 605 807
Subsídios à exploração		5 402	20 562
Variação nos inventários da produção	21	(32 306)	(32 455)
Trabalhos para a própria entidade	7	-	52 361
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(3 842 440)	(3 898 985)
Fornecimentos e serviços externos	22	(9 059 386)	(6 989 636)
Gastos com o pessoal	23	(4 796 193)	(4 693 329)
Outros rendimentos	24	17 810	7 886
Outros gastos	24	(14 489)	(92 797)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 170 884	1 979 415
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização	25	(1 235 734)	(1 086 546)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		935 150	892 869
Juros e gastos similares suportados	26	(282 860)	(359 038)
Resultado antes de impostos		652 290	533 832
Imposto sobre o rendimento do período	10	(174 618)	(183 243)
Resultado líquido do período		477 672	350 589
Resultado líquido por ação	31	3,18	2,34

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração

Veronica Amaral
João Paulo Gonçalves
Fernando Vaz
...

O Contabilista Certificado

João Amador

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	Euros	
						TOTAL	
Posição no início do período - 1 de janeiro de 2024		1 500 000	26 146	213 636	350 589	2 090 371	
Alterações no período:							
Aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	16	-	17 530	333 059	(350 589)	-	
Resultado líquido do período		-	17 530	333 059	(350 589)	-	
Resultado integral					477 672	477 672	
Posição no fim do período - 31 de dezembro de 2024		-	17 530	333 059	127 083	477 672	
		1 500 000	43 676	546 695	477 672	2 568 043	

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

*Francisco José
João Nuno Bar
Francisco José
Francisco José*

João Nuno Bar

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Euros				
DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período - 1 de janeiro de 2023	16	1 500 000	7 695	(136 934)	369 020	1 739 782
Alterações no período:						
Aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	18 451	350 569	(369 020)	-
Resultado líquido do período		-	18 451	350 569	(369 020)	-
Resultado integral					350 589	350 589
Posição no fim do período - 31 de dezembro de 2023		1 500 000	26 146	213 636	350 589	2 090 371

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Veronica Amor
João Gonçalves Sd Sd
Fernando Gonçalves Sd Sd
João Gonçalves Sd Sd

João Nunes

DRILLGO - GEOTECNIA E OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-24	31-dez-23
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19 194 493	18 473 535
Pagamentos a fornecedores		(13 996 972)	(12 862 360)
Pagamentos ao pessoal		(4 694 027)	(4 537 953)
Caixa gerados pelas operações		503 495	1 073 222
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(229 819)	(97 574)
Outros recebimentos/(pagamentos)		1 333 690	951 765
Fluxos de caixa das actividades operacionais (i)		1 607 365	1 927 413
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(990 888)	(205 049)
Recebimentos provenientes de:		(990 888)	(205 049)
Ativos fixos tangíveis		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (ii)		(990 888)	(205 049)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	28	899 950	-
Outras operações de financiamento - Suprimentos		-	125 000
Pagamentos respeitantes a:		899 950	125 000
Financiamentos obtidos		(715 446)	(1 005 573)
Juros e gastos similares	26	(282 860)	(359 038)
Locações financeiras		(752 893)	(541 139)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (iii)		(1 751 199)	(1 905 750)
Variação de caixa e seus equivalentes [(i)+(ii)+(iii)]		(234 772)	(58 387)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	668 343	726 728
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	433 571	668 343

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Vernando Pato
João Paulo Gonçalves
Fernando Vaz

João Nunes

Anexo às Demonstrações Financeiras para o exercício de 2024



1. Nota introdutória

A DrillGO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (adiante designada de “DrillGO” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Avenida José Gomes de Ferreira, n.º 11, 1495-139 Algés, constituída em 18 de abril de 2019, com início de atividade em 15 de maio de 2019, tem por principal atividade perfurações, sondagens e demais trabalhos relacionados com a geotecnia.

Os acionistas, ambos detendo 50% do capital da Empresa, são a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A., com sede social em Quinta do Ribeiro, Rua de Recarei S/N, Leça do Bailio, 4465-728 Matosinhos, Portugal e a G-Activos S.A., com sede social na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Academia BAI, Edifício C, 2º andar esquerdo, Belas, Luanda, Angola.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como, a sua posição em 31 de dezembro de 2024 e desempenho financeiro e fluxos de caixa nos exercícios findos naquela data.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de março de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCRF”), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) aplicáveis ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência e plenitude.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das

demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações, pelo que se entende que o pressuposto utilizado, se mantém apropriado.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Não foram feitas derrogações às disposições no SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de dezembro de 2024.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As grandes reparações são capitalizáveis pela vida útil estimada. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

4.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As vidas úteis consideradas são como segue:

	<u>Número de anos</u>
Programas de computador	3

4.2.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A fórmula de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

4.2.4 Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.
- Quando é possível estimar com fiabilidade o resultado de um contrato de construção, os correspondentes gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato na data de relato.

O rédito do contrato deve compreender:

- a) A quantia inicial de rédito acordada no contrato; e
- b) Variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato:
 - i. Até ao ponto que seja provável que resultem em rédito;
 - ii. Estejam em condições de serem fiavelmente mensurados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a percentagem de acabamento é determinada de acordo com os gastos incorridos a dividir pelos gastos totais estimados e orçamentados. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos réditos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos - obras” (Nota 11) ou “Diferimentos - Rendimentos a reconhecer - obras” (Nota 15).

Quando não é possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato de construção, o rédito do contrato é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato incorridos que se espera recuperar. Os gastos do contrato são reconhecidos no período em que são incorridos.

Quando for provável que os gastos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo, a correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto. O montante de tal perda é determinado independentemente: (i) de ter ou não começado o trabalho do contrato, (ii) da fase de acabamento da atividade do contrato, (iii) dos lucros que se espere que surjam noutros contratos que não sejam tratados como um contrato de construção único.

4.2.5 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo e o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

4.2.6 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

- Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

- Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.2.7 Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados (quando tal acontece), e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de *swap* ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos na demonstração dos resultados com base no método da taxa de juro efetiva.

4.2.8 Caixa e equivalentes de caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada através do método direto. Esta encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento, e de investimento. As atividades operacionais englobam os rendimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, assim como os pagamentos de dividendos. Para efeitos da Demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

4.2.9 Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade, sendo classificada como operacional caso contrário.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

4.2.10 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais, nomeadamente o Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido do período.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2025, a taxa de IRC a aplicar sobre a matéria coletável foi alterada no exercício de 2025 e subsequentes para 20%.

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os 1.500.000 Euros, são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

No que diz respeito às operações da sucursal em França, a Empresa é tributada à taxa de 28%. Em 2024, a Sucursal não teve atividade.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera que sejam realizadas (ou exigidas) aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

De acordo com a legislação em vigor, deixou de estar previsto um período temporal para o reporte de prejuízos fiscais para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. A limitação para a dedução é de 65% do lucro tributável da Empresa, com exceção dos anos de tributação de 2020 e 2021, em que a limitação é de 75% do lucro tributável da Empresa, de acordo com Programa de Estabilização Económica e Social ("PEES").

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados, os ganhos e perdas que lhes deram origem.

4.2.11 Ativos financeiros e passivos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro

devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Subsequentemente, a Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando o instrumento satisfaz as seguintes condições:

- Os retornos para o seu detentor sejam:
 - a. de montante fixo;
 - b. de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Tenha uma maturidade definida, ou seja, à vista; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de Ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

4.2.12 Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data de aprovação das mesmas pelo Conselho de Administração.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam a essa data são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não nestas circunstâncias, ou seja, que não dão lugar a ajustamentos, a existir são divulgados na Nota 32.

4.3 Principais estimativas

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

As principais estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

- ***Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis***

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

- ***Rédito estimado e gastos estimados – Contratos de construção***

O rédito estimado é determinado tendo em consideração os contratos de construção assinados com os clientes, assim como autos de trabalhos a mais e a menos.

Os gastos estimados são determinados tendo em consideração os orçamentos de gastos por obra preparados pelos diferentes responsáveis de obra e são revistos mensalmente, em função da evolução da obra e dos gastos que se esperam incorrer.

- ***Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

5. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” é detalhada conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	27 581	43 349
Depósitos à ordem	405 990	624 994
Outros depósitos bancários	154 959	154 140
	<u>588 530</u>	<u>822 484</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros depósitos bancários” diz respeito a depósitos a prazo, que se encontram a caucionar parte das garantias bancárias emitidas a favor dos clientes da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação entre a rubrica “Caixa e depósitos bancários” dos balanços naquelas datas e a rubrica “Caixa e seus equivalentes” das demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	27 581	43 349
Depósitos à ordem	405 990	624 994
Caixa e seus equivalentes	<u>433 571</u>	<u>668 343</u>
Outros depósitos bancários	154 959	154 140
Caixa e depósitos bancários	<u>588 530</u>	<u>822 484</u>

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor bruto		
Edifícios e outras construções	88 573	88 573
Equipamento básico	11 376 760	9 844 033
Equipamento de transporte	14 760	-
Equipamento administrativo	118 292	99 299
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	21 077
Ativos fixos tangíveis em curso	-	44 500
	11 619 463	10 097 482
Depreciações acumuladas	(4 806 357)	(3 571 932)
Valor líquido contabilístico	6 813 106	6 525 551

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Edifícios e outras construções” diz respeito ao valor incorrido com as obras de remodelação do escritório da Empresa e com as remodelações no Estaleiro de Brejos de Azeitão, que se encontram a ser arrendados.

Os movimentos no valor bruto e nas depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são detalhados como segue:

	2024			
	Saldo inicial	Aquisições	Regularizações	Saldo final
Valor bruto				
Edifícios e outras construções	88 573	-		88 573
Equipamento básico	9 844 033	1 514 228	18 500	11 376 761
Equipamento de transporte	-	14 760	-	14 760
Equipamento administrativo	99 299	22 926	(3 933)	118 292
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	-		21 077
Ativos fixos tangíveis em curso	44 500	-	(44 500)	-
	10 097 482	1 551 914	(29 933)	11 619 463

2024		
Saldo inicial	Depreciações do período (Nota 25)	Saldo final
Depreciações acumuladas e imparidade		
Edifícios e outras construções	19 754	40 829
Equipamento básico	3 485 672	4 679 914
Equipamento de transporte	-	1 230
Equipamento administrativo	51 874	66 354
Outros ativos fixos tangíveis	14 632	18 030
3 571 932	1 234 425	4 806 357

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa adquiriu ativos fixos tangíveis, através de locações financeiras, pelo valor bruto de 516.160 Euros (Nota 27).

No exercício de 2024, os investimentos em equipamento básico referem-se à aquisição de máquinas e equipamentos de geotecnia, nomeadamente sonda hidráulica, bomba estática Putzmaster, entre outros.

Os movimentos no valor bruto e nas depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são detalhados como segue:

2023		
Saldo inicial	Aquisições	Saldo final
Valor bruto		
Edifícios e outras construções	52 361	88 573
Equipamento básico	9 518 134	9 844 033
Equipamento administrativo	82 150	99 299
Outros ativos fixos tangíveis	21 077	21 077
Ativos fixos tangíveis em curso	44 500	44 500
9 657 575	439 908	10 097 482

2023		
Saldo inicial	Depreciações do período (Nota 25)	Saldo final
Depreciações acumuladas e imparidade		
Edifícios e outras construções	7 985	19 754
Equipamento básico	1 059 927	3 485 672
Equipamento administrativo	13 124	51 874
Outros ativos fixos tangíveis	3 654	14 632
2 487 243	1 084 689	3 571 932

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa adquiriu ativos fixos tangíveis, através de locações financeiras, pelo valor bruto de 154.738 Euros (Nota 27).

No exercício de 2023, os investimentos em equipamento básico referem-se à aquisição de máquinas e equipamentos de geotecnia, nomeadamente de um equipamento de pequeno diâmetro, entre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa tinha registado como ativos fixos tangíveis trabalhos para a própria entidade, no montante de 52.361 Euros.

8. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor bruto		
Programas de computador	51 720	47 787
	<u>51 720</u>	<u>47 787</u>
Amortizações acumuladas	(46 720)	(45 411)
Valor líquido contabilístico	<u>5 000</u>	<u>2 376</u>

Os movimentos no valor bruto e amortizações acumuladas dos ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são detalhados como segue:

	<u>2024</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor bruto			
Programas de computador	47 787	3 933	51 720
	<u>47 787</u>	<u>3 933</u>	<u>51 720</u>
	<u>2024</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Amortizações do período (Nota 25)</u>	<u>Saldo final</u>
Amortizações acumuladas e imparidade			
Programas de computador	45 411	1 309	46 720
	<u>45 411</u>	<u>1 309</u>	<u>46 720</u>

Os movimentos no valor brutos e amortizações acumuladas dos ativos intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2023 são detalhados como segue:

	2023		
	Saldo inicial	Aquisições	Saldo final
Valor bruto			
Programas de computador	45 836	1 951	47 787
	45 836	1 951	47 787

	2023		
	Saldo inicial	Amortizações do período (Nota 25)	Saldo final
Depreciações acumuladas e imparidade			
Programas de computador	43 554	1 857	45 411
	43 554	1 857	45 411

9. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros investimentos financeiros” é composta pelo Fundo de Compensação do Trabalho.

O montante referente a “Fundo de Compensação do Trabalho” corresponde à entrega de 0,925% de retribuição base e diuturnidade durante o contrato, as entregas mensais para o FCT são reconhecidas como um ativo financeiro, mensuradas ao justo valor, com as respectivas variações reconhecidas em resultados.

10. Impostos sobre o rendimento

Nos termos do Art. 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em vigor até 31 de dezembro de 2024, a Empresa encontra-se sujeita a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2021 a 2024 poderão vir ainda a serem sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa, entende que eventuais revisões, não trarão diferenças materiais às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

O montante da rubrica "Impostos sobre o rendimento do período" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é determinado conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto corrente	174 618	183 243
Imposto sobre o rendimento	<u>174 618</u>	<u>183 243</u>

A reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes de impostos	652 290	533 832
A acrescentar:		
Custos com pessoal - França	-	55 021
Multas e penalidades	-	21 749
Outros acréscimos	1 330	44 286
A deduzir:		
Excesso de estimativa de imposto	(7 753)	(6 886)
Benefícios fiscais	(145 327)	(121 260)
Lucro tributável	<u>500 540</u>	<u>526 743</u>
Matéria coletável	<u>500 540</u>	<u>526 743</u>
Taxa de imposto	21%	21%
Colecta	<u>104 934</u>	<u>106 384</u>
Tributações autónomas	62 175	68 957
Derrama	<u>7 508</u>	<u>7 901</u>
Imposto corrente	174 618	183 243
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento	<u>174 618</u>	<u>183 243</u>
Taxa efetiva de imposto	27%	34%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os benefícios fiscais deduzidos para o apuramento do lucro tributável correspondem essencialmente a benefícios associados à remuneração convencional do capital social, em resultado de aumento de capital social, no montante de 105.000 Euros em cada ano.

11. Outras créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros créditos a receber” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos - obras	301 454	301 718
Cauções	40 000	40 000
Outros devedores	6 339	2 839
	<u>347 793</u>	<u>344 557</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante relativo a cauções refere-se ao contrato de fornecimento de combustíveis com a Petrogal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros créditos a receber” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 247 Euros e 12.647 Euros, respetivamente (Nota 29).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Inventários” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matérias primas (Nota 20)	136 045	113 573
Mercadorias (Nota 20)	-	35 130
Produtos acabados e intermédios (Nota 21)	29 390	61 696
	<u>165 435</u>	<u>210 399</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as matérias-primas localizadas no estaleiro da Empresa em Brejos de Azeitão, são compostas, essencialmente, por varas de furação e ferramentas de furação.

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Clientes” é detalhada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	3 583 620	4 664 546
Clientes - Retenções de garantia	1 191 052	995 905
Valor Bruto	4 774 672	5 660 451

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Clientes” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 931.723 Euros e 2.185.840 Euros, respetivamente (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante relativo a retenções de garantia refere-se a percentagens retidas no pagamento dos clientes (entre 5% e 10%), como forma de garantia contratual da qualidade dos trabalhos efetuados pela Empresa. Estes créditos a receber têm maioritariamente um prazo de devolução não superior a 2 anos e podem ser, a qualquer momento, substituídos por garantias bancárias, conforme disposições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa não tem contas a receber vencidas com antiguidade elevada, razão pela qual não se encontram registadas quaisquer perdas por imparidade para contas a receber naquelas datas.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas do ativo e passivo “Estado e outros entes públicos” são detalhadas como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	-	(97 026)	-	(42 696)
Estimativa de imposto (Nota 10)	-	174 618	-	183 243
Retenções na fonte - IRC	-	(57)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	75 588	-	48 398
Imposto sobre o valor acrescentado	424 097	-	465 212	-
Imposto sobre o valor acrescentado - Sucursal França	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	73 947	-	90 179
	424 097	227 070	465 212	279 123

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” do ativo é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros	49 270	51 429
Selagem e comissão de financiamentos	-	6 671
Rendas	-	2 335
	<u>49 270</u>	<u>60 435</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” do passivo é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimentos diferidos - obras	1 224 332	1 506 624
	<u>1 224 332</u>	<u>1 506 624</u>

16. Capital**Capital**

O capital social no montante de 1.500.000 Euros é representado por 150.000 ações ordinárias de valor nominal de 10 Euros cada e encontra-se totalmente realizado, distribuindo-se da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Capital Subscrito</u>	<u>%</u>
Acionistas:		
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A.	750 000	50,00
G-Activos, S.A.	750 000	50,00
	<u>1 500 000</u>	<u>100,00</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existiu uma alteração nos detentores de capital da Empresa, com a G-Activos, S.A., entidade domiciliada em Angola a adquirir as ações da Novinvest, S.A., entidade domiciliada em Angola, ficando assim com 50% do capital social da Empresa.

Reserva legal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos na rubrica “Reserva legal” foram os seguintes:

	31/12/2024		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Reserva legal	26 146	17 529	43 676
	26 146	17 529	43 676

	31/12/2023		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Reserva legal	7 695	18 451	26 146
	7 695	18 451	26 146

Os aumentos ocorridos na rubrica “Reserva legal” no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 decorrem da aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os aumentos ocorridos na rubrica “Reserva legal” no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 decorrem da aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados e aplicação dos resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 31 de julho de 2024, foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 350.589 Euros, para a rubrica “Reserva legal” o montante de 17.530 Euros e para a rubrica “Resultados transitados” o montante de 333.059 Euros.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 4 de julho de 2023, foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 369.020 Euros, para a rubrica “Reserva legal” o montante de 18.451 Euros e para a rubrica “Resultados transitados” o montante de 350.569 Euros.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecedores” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores c/c	2 373 394	2 774 775
Fornecedores c/c - Sucursal França	5 820	1 920
	<u>2 379 214</u>	<u>2 776 695</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecedores” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 210.863 Euros e 115.724 Euros, respetivamente (Nota 29).

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outras dívidas a pagar” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de investimentos c/c	152 500	58 500
Credores por acréscimo de gastos - Férias e subsídio de férias	250 960	261 308
Credores por acréscimo de gastos - Obras	691 760	70 212
Credores por acréscimo de gastos - Juros suprimientos	158 750	113 750
Credores por acréscimo de gastos - Prémios a liquidar	160 000	123 750
Credores por acréscimo de gastos - Juros empréstimos	9 886	-
Credores por acréscimo de gastos - Outros	36 000	-
Pessoal - Remunerações a pagar	-	41 844
Outros credores	4 676	20 916
	<u>1 464 531</u>	<u>690 280</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Fornecedores de investimento c/c” corresponde a uma responsabilidade decorrente do exercício da opção de compra em contratos de aluguer de equipamentos, que continham essa opção, antecipando uma decisão de investimento que seria inevitável dadas as necessidades que o mercado tem vindo a solicitar.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Credores por acréscimo de gastos – Obras”, corresponde essencialmente ao registo do equilíbrio de consórcio da Obra do Metro do Porto – Galiza, no montante de, aproximadamente, 525.000 Euros.

19. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Vendas e serviços prestados” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços prestados - Obras no Mercado interno	19 454 251	16 620 013
Serviços prestados - Obras no Mercado externo	438 234	985 794
	<u>19 892 485</u>	<u>17 605 807</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Vendas e serviços prestados” inclui transações com partes relacionadas, nos montantes de 4.034.684 Euros e 1.609.851 Euros, respetivamente (Nota 29).

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial de inventários (Nota 12)	148 703	80 104
Compras	3 829 782	3 967 584
Saldo final de inventários (Nota 12)	136 045	148 703
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>3 842 440</u>	<u>3 898 985</u>

21. Variação nos inventários de produção

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Variação nos inventários de produção” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial de inventários de produção (Nota 12)	61 696	94 150
Saldo final de inventários de produção (Nota 12)	29 390	61 696
Variação nos inventários de produção	<u>(32 306)</u>	<u>(32 455)</u>

22. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	5 382 379	3 686 991
Rendas e alugueres	1 242 231	1 210 113
Conservação e reparação	122 633	47 964
Trabalhos especializados	393 034	311 287
Deslocações e estadas	395 888	422 036
Combustíveis	642 568	531 008
Seguros	106 437	63 914
Transportes	519 589	537 042
Outros fornecimentos e serviços externos	254 626	175 338
Fornecimentos e serviços externos - Sucursal França	-	3 943
	9 059 386	6 989 636

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o aumento da rubrica “Subcontratos” resulta da diferente tipologia de obras incorridas durante o referido exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 113.105 Euros e 300.988 Euros, respetivamente (Nota 29).

23. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Gastos com o pessoal” é detalhada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações aos órgãos sociais	558 092	488 178
Remunerações ao pessoal	3 446 136	3 443 073
Encargos sobre remunerações	695 765	670 307
Seguros acidentes de trabalho	86 014	86 627
Outros gastos com o pessoal	10 186	5 145
	4 796 193	4 693 329

O número médio de colaboradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 121 (117 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

24. Outros rendimentos e outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros rendimentos” tem o seguinte detalhe:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros rendimentos	17 810	7 886
	<u>17 810</u>	<u>7 886</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros gastos” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos	11 261	12 045
Outros gastos	3 227	80 752
	<u>14 489</u>	<u>92 797</u>

25. (Gastos)/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização” é detalhada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	1 234 425	1 084 689
Ativos intangíveis (Nota 8)	1 309	1 857
	<u>1 235 734</u>	<u>1 086 546</u>

26. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os juros e gastos similares suportados referem-se essencialmente aos juros suportados com os financiamentos obtidos junto do Banco BAI Europa, EuroBIC e CGD, com as locações financeiras contraídas junto da Millennium BCP e CGD e com os custos de antecipação de *confirmings* dos clientes, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Juros suportados de financiamento obtidos e locações	156 208	188 937
Outros juros	105 658	150 735
Custos com garantias bancárias e seguros caução	20 995	19 365
	<u>282 860</u>	<u>359 038</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os juros e gastos similares suportados incluem transações com partes relacionadas, nos montantes de 45.000 Euros e 41.786 Euros, respetivamente (Nota 29).

27. Locações

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os pagamentos futuros no que se refere a locações financeiras, relativos a equipamentos básico, são como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	445 875	566 327
Entre um e cinco anos	<u>707 376</u>	<u>823 658</u>
	<u>1 153 252</u>	<u>1 389 985</u>

O financiamento descrito refere-se a um conjunto de *leasings* obtidos junto da banca comercial desde 2019 a 2024 com duração entre os 4 e 6 anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa procedeu à contratação de locações financeiras, nos montantes de 516.160 Euros e 154.738 Euros, respetivamente (Nota 7).

Locações operacionais

A Empresa tem arrendado um escritório em Miraflores, sito na Avenida José Gomes Ferreira, Edifício Atlas II, Sala 31 e um Estaleiro em Brejos de Azeitão. Os pagamentos referentes a esta locação operacional são como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	82 186	49 509
Entre um e cinco anos	<u>127 260</u>	<u>56 986</u>
	<u>209 446</u>	<u>106 495</u>

28. Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Financiamentos” tem o seguinte detalhe:

31/12/2024				
Corrente	Não corrente		Total	
	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		
Locações financeiras (Nota 27)	445 875	707 376	-	707 376
Empréstimos bancários	481 254	603 347	-	603 347
Suprimentos de partes relacionadas	-	3 108 571	-	3 108 571
927 130	4 419 294	-	4 419 294	

31/12/2023				
Corrente	Não corrente		Total	
	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		
Locações financeiras (Nota 27)	566 327	823 658	-	823 658
Empréstimos bancários	715 473	184 623	-	184 623
Suprimentos de partes relacionadas	-	4 500 000	-	4 500 000
1 281 800	5 508 282	-	5 508 282	

Empréstimos bancários

A rubrica “Empréstimos bancários” correspondem a dois financiamentos obtidos junto do BAI Europa (“BAI”) e a um financiamento obtido junto da CGD.

- **Contratos BAI**

O primeiro financiamento do Banco BAI Europa, no montante de 680.000 Euros, vence juros a taxas de mercado e destina-se à aquisição de maquinaria. O referido empréstimo tem a última amortização em julho de 2025.

Relativamente ao segundo contrato com o BAI, o montante é de 899.950 Euros, vencendo juros a taxas de mercado, destinando-se essencialmente à aquisição de equipamento para a atividade de obras subterrâneas. O referido empréstimo é reembolsado mensalmente, tendo um prazo de carência de 7 meses terá a sua última amortização em janeiro de 2028. Este empréstimo encontra-se garantido através do penhor de dois equipamentos básicos, aos quais foram atribuídos o montante de 876.600 Euros.

Finalmente, a Empresa contraiu um financiamento com o BAI Europa em 10 de setembro de 2019, com duração de 5 anos, no montante total de 2.900.000 Euros, o qual vencia juros a taxas de mercado. O reembolso do empréstimo seria efetuado em 60 amortizações mensais e sucessivas e terminou em outubro de 2024, vencendo-se a primeira um mês após a utilização. Para garantir este empréstimo, os acionistas tinham se constituído como fiadores e principais pagadores das obrigações contraídas junto do BAI. Adicionalmente, o BAI tinha ficado na posse de uma livrança em branco subscrita pela Empresa e avalizada pelos acionistas.

- **Contrato CGD**

O financiamento junto da CGD, tem uma linha de crédito até ao limite de 150.000 Euros, destinado ao apoio à tesouraria, foi contratualizada em 31 de dezembro de 2020, pelo prazo global de 60 meses e com reembolso em 48 meses, com prestações mensais e taxas de juro de acordo com o mercado. A última amortização ocorrerá no final de 2026.

Para o contrato acima indicado o banco tem uma livrança subscrita pela Empresa e o aval dos acionistas.

- **Contratos BIC**

Relativamente ao primeiro contrato com o EuroBIC, o seu montante era de 275.319 Euros e tinha sido contratualizado em 25 de agosto de 2020 por um prazo de 44 meses, com prestações mensais de capital e juros, com taxas de juro de acordo com o mercado. A última prestação foi reembolsada em abril de 2024. O banco dispunha de penhor mercantil sobre um equipamento, o aval dos acionistas e uma livrança em branco dos acionistas.

Relativamente ao segundo contrato com o EuroBIC, o seu montante era de 223.550 Euros, foi contratualizado em 30 de janeiro de 2021 por um prazo de 44 meses, com prestações mensais de capital e juros, com taxas de juro de acordo com o mercado. A última prestação foi reembolsada em setembro de 2024. O banco dispunha de penhor mercantil sobre um equipamento, o aval dos acionistas e uma livrança em branco dos acionistas.

Suprimentos de partes relacionadas

Os suprimentos concedidos pelos acionistas e outras partes relacionadas da Empresa não eram exigíveis nos primeiros cinco anos a contar a partir da data da contratualização dos mesmos. No exercício de 2024, a Empresa obteve *waivers* dos seus acionistas e outras partes relacionadas, no qual é estabelecido que os suprimentos apenas serão exigíveis e exigidos a partir de 2026, razão pelo qual aqueles passivos encontram-se classificados como não correntes (Nota 29).

29. Entidades relacionadas

Os saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são analisados conforme segue:

	31/12/2024			
	Cientes (Nota 13)	Fornecedores (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 11)	Suprimentos (Nota 28)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	337 183	11 121	247	125 000
Novinvest, S.A. (AO)	-	-	-	-
G-Ativos, SA	-	79 375	-	1 554 285
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	74 965	-	1 429 285
Griner CVC, Construções, S.A.	-	-	-	-
Onis Group, SA	-	3 690	-	-
Griner Engenharia, SA (AO)	18 016	-	-	-
Pemel - Instalações, SA	-	41 712	-	-
Wealimit, Unipessoal, Lda	-	-	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	576 524	-	-	-
	931 723	210 863	247	3 108 571

	31/12/2023			
	Cientes (Nota 13)	Fornecedores (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 11)	Suprimentos (Nota 28)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	355 452	3 160	247	125 000
Novinvest, S.A. (AO)	-	-	-	-
G-Ativos, SA	-	56 875	-	2 250 000
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	53 715	-	2 125 000
Griner Engenharia, SA (AO)	8 500	-	12 400	-
Wealimit, Unipessoal, Lda	-	1 974	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	1 821 888	-	-	-
	2 185 840	115 724	12 647	4 500 000

Classificação dos suprimentos com partes relacionadas

Os suprimentos concedidos pelos acionistas e outras partes relacionadas da Empresa não eram exigíveis nos primeiros cinco anos a contar a partir da data da contratualização dos mesmos. No exercício de 2024, a Empresa obteve *waivers* dos seus acionistas e outras partes relacionadas, no qual é estabelecido que os suprimentos apenas serão exigíveis e exigidos a partir de 2026, razão pelo qual aqueles passivos encontram-se classificados como não correntes (Nota 28).

Encontro de contas com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existiu um encontro de contas entre a Empresa, a DrillGO Angola e a Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A. (Angola), o qual resultou numa diminuição da conta a receber da DrillGO Angola e dos suprimentos concedidos pela Omatapalo – Engenharia e Construção, S.A. (Angola), no montante de 695.715 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existiu um encontro de contas entre a Empresa, a DrillGO Angola e a G-Ativos, S.A., o qual resultou numa diminuição da conta a receber da DrillGO Angola e dos suprimentos concedidos pela G-Ativos, S.A., no montante de 695.715 Euros.

As transações efetuadas com entidades relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 são detalhadas conforme segue:

	2024		
	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros suportados (Nota 26)	Vendas e serviços prestados (Nota 19)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	6 542	1 250	3 596 449
G-Ativos, SA	-	22 500	-
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	21 250	-
Onis Group, SA	16 500	-	-
Griner Engenharia, SA (AO)	-	-	43 500
Pemel - Instalações, SA	44 483	-	-
Wealimit, Unipessoal, Lda	45 580	-	-
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	-	-	394 734
	113 105	45 000	4 034 684

	2023		
	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros suportados (Nota 26)	Vendas e serviços prestados (Nota 19)
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (PT)	25 211	1 146	836 727
Novinvest, S.A. (AO)	-	20 625	-
Omatapalo - Engenharia e Construção, S.A. (AO)	-	19 479	-
Griner CVC, Construções, S.A.	9 753	-	113 272
Griner Engenharia, SA (AO)	-	-	8 500
Pemel - Metalomecânica, SA	87 237	-	-
Pemel - Instalações, SA	144 068	536	-
Wealimit, Unipessoal, Lda	34 719	-	9 250
Drill GO - Geotecnia e Obras Subterrâneas, SA (AO)	-	-	642 102
	300 988	41 786	1 609 851

30. Responsabilidades assumidas e não refletidas em balanço

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha prestado 16 (13 em 2023) garantias bancárias como forma de garantia de boa execução, no montante total de 1.005.126 Euros (846.334 Euros em 2023).

Com exceção de 4 garantias de obras públicas, que não têm prazo limite, todas as outras têm prazos de término, que variam entre 2025 e 2028. Uma única tem o prazo a terminar em 2033, relativa a uma obra realizada nos Açores.

31. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	477 672	350 589
Número médio de ações	<u>150 000</u>	<u>150 000</u>
Resultado por ação (básico e diluído)	3,18	2,34

32. Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram eventos subsequentes cujos efeitos necessitassem de registo ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

33. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.
- b) Proposta de aplicação de resultados: 23.884 Euros para “Reserva legal” e 453.788 Euros para “Resultados transitados”

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Algés, 28 de março de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Nuno Dias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Venâncio Patrão
João Luís Gonçalves
Fernando Vaz
António

DrillGO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2024 acompanhadas da Certificação Legal
das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da DrillGO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 13.209.614 Euros e um total de capital próprio de 2.568.043 Euros, incluindo um resultado líquido de 477.672 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da DrillGO – Geotecnia e Obras Subterrâneas, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de junho de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002